

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - ACT

Acordo de Cooperação Técnica Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO nº 01/2025

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PARCERIA, por
intermédio da Companhia de Saneamento de
Sergipe - DESO E A Empresa LEGUN
BIOTECNOLOGIA LTDA PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.

Este Acordo de Cooperação (“Acordo”) é celebrado entre, de um lado, pela:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, inscrita no **CNPJ sob nº 13.018.171/0001-90**, com sede na Rua Campo do Brito, nº 331, Bairro Praia 13 de Julho, Aracaju/SE, CEP 49.020-380, neste ato representada por seus representantes legais, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

E, do outro lado

LEGUN BIOTECNOLOGIA LTDA, inscrita no **CNPJ sob nº 20.882.271/0001-25**, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 388, Centro, São Roque/SP, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a realização de teste experimental, pesquisa aplicada e desenvolvimento de conhecimento sobre soluções biotecnológicas para tratamento de lodo e **totalmente gratuito**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, da solução biotecnológica *in situ* para o tratamento do lodo residual da Estação de Tratamento de Água - ETA de Areia Branca/SE, por meio da aplicação de consórcios microbianos naturais autóctones bioaumentados (bioestimulação). O processo será executado com a finalidade de redução volumétrica e estabilização do lodo, mediante aplicação controlada e dosagem direta no adensador da unidade. O teste será realizado no Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Agreste, que

compreende os municípios de Areia Branca, Itabaiana, Campo do Brito e Macambira, modelo convencional com vazão de 720 L/s. O sistema possui Licença de Operação nº 189/2022, com protocolo de renovação nº 2025/TEC/RL-O-0041.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes. O Plano de Trabalho é parte integrante deste Acordo e encontra-se detalhado como PLANO DE TRABALHO - ANEXO - I.

Subcláusula única. O presente Acordo de Cooperação Técnica terá duração de 90 dias de testes, contados a partir da sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante assinatura de termo aditivo, porém não envolve transferências de recursos financeiros ou doação de bens materiais entre os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

- a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe ou terceiros, quando da execução deste Acordo;
- d) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- e) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- f) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- g) proteger e guardar informações técnicas sobre seus negócios, direitos intelectuais e demais conhecimentos a que conhecer e tiver acesso em decorrência das discussões e negociações para a execução do objeto, as quais devem ser conceituadas como segredo industrial, no Brasil e no Exterior

Subcláusula única. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do

Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA LEGUN

- a) Executar todas as atividades técnicas relacionadas à aplicação da biotecnologia, conforme protocolos operacionais previamente apresentados.
- b) Disponibilizar equipe técnica qualificada para acompanhamento, monitoramento e eventuais ajustes operacionais.
- c) Supervisionar tecnicamente a instalação dos equipamentos/sistemas, garantindo assim a correta implementação da solução conforme especificações técnicas.
- d) Apresentar relatórios técnicos periódicos de desempenho, contendo indicadores de eficiência e parâmetros de monitoramento ambiental.
- e) Notificar a DESO por escrito sobre óbices de qualquer natureza que impeçam, total ou parcialmente, a execução do objeto do presente Acordo, bem como os resultados aguardados.
- f) Responsabilizar-se por danos ambientais porventura causados pela atividade explorada, assumindo totalmente os riscos da sua atividade, os quais não serão compartilhados com a DESO.
- g) Responsabilizar-se por danos de qualquer ordem patrimonial causado à infraestrutura da DESO, devendo reparar os prejuízos eventualmente causados para que as condições encontradas inicialmente sejam restauradas.
- h) Responsabilizar-se exclusivamente por todas as obrigações de ordem trabalhista mantidas com o (s) empregado (s) que irá (s) prestar os serviços discriminados no presente instrumento, responsabilizando-se por eventuais acidentes causados no decorrer da execução dos trabalhos, mesmo que ocorra dentro das adjacências da DESO.
- i) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA DESO

- a) Disponibilizar acesso às instalações da ETA e aos pontos necessários para execução do teste.
- b) Autorizar a realização de coletas de amostras de lodo para fins de análise laboratorial.
- c) Acompanhar tecnicamente, a execução dos serviços e o monitoramento dos resultados e

DESO 015

Rua Campo do Brito, 331 – Praia 13 de Julho – CEP: 49.020-380 – Telefone (79) 3226-1000 – e-mail: deso@deso-se.com.br
CNPJ: 13.018.171/0001-90 – Insc. Estadual: 27.051.036-2

avaliação conjunta entre os partícipes.

- d) Disponibilizar um responsável para acompanhamento dos trabalhos propostos.
- e) Promover as ações necessárias (reparar, corrigir, reconstituir e/ou substituir) à remoção do(s) óbice(s) indicado(s) pela LEGUN que impeça(m), no todo ou em parte, a execução do objeto da presente proposta, bem como os resultados esperados.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO DE ÓRGÃO/ENTIDADE VIA ACORDO DE ADESÃO

A LEGUN tem ciência de que a DESO poderá, durante ou após o período de teste, celebrar instrumentos similares com outras empresas que possuam soluções concorrentes, visando avaliação comparativa, por meio de Acordo de Adesão, não havendo regime de exclusividade entre as cooperadas DESO e LEGUN, tampouco haverá obrigação de firmação de contrato com a LEGUN após o fim do período de teste.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência de recursos financeiros, cessão ou doação de bens, ou outra forma de compartilhamento de recursos patrimoniais, materiais, imateriais ou intelectuais, ou de propriedade industrial, entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Os materiais e equipamentos trazidos pela LEGUN serão retirados ao final do teste, não havendo incorporação ao patrimônio da DESO.

Os serviços executados para a biodegradação e tratamento do lodo da Estação de Tratamento de Água – ETA Areia Branca, que serão executados pela LEGUN, não terão contrapartidas financeiras ou compromisso de pagamento futuro pela DESO.

Subcláusula única. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO NÃO-COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO FUTURA

A DESO não está obrigada a contratar a solução objeto deste Acordo de Cooperação Técnica,

mesmo em caso de avaliação positiva, podendo, a seu exclusivo critério, decidir pela não contratação por razões de conveniência, oportunidade, estratégia empresarial ou qualquer outro motivo, sem que isso implique em qualquer tipo de responsabilização ou dever de indenizar a LEGUN.

Este Acordo não representa nenhuma **OBRIGAÇÃO FUTURA**, expectativa, direito de preferência ou exclusividade na aquisição, aluguel, licenciamento ou contratação de produtos e/ou serviços da LEGUN pela DESO. Com isso o ACT não gera qualquer direito de preferência ou expectativa de contratação futura.

Ainda, se houver interesse em contratar a solução após o teste, a DESO compromete-se a realizar procedimento licitatório ou, se cabível, fundamentar a inexigibilidade conforme procedimentos de licitação regido pela DESO.

CLÁUSULA OITAVA - INTERESSES MÚTUOS

A DESO tem interesse em avaliar iniciativas que envolvem implementação de novas tecnologias para otimização de seus processos de tratamento de água e saneamento, inclusive acesso gratuito a tecnologia inovadora, dados para planejamento futuro, possível redução de custos operacionais, já a LEGUN possui expertise técnica no desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas para tratamento de água e/ou efluentes e validação de tecnologia em escala real, geração de dados científicos, produção de conhecimento. Com a parceria será criada um campo de benefícios mútuos: sendo a DESO oferecendo campo de pesquisa aplicada e dados operacionais reais, enquanto a LEGUN desenvolve pesquisa, valida tecnologia e produz conhecimento científico. Ainda gerando interesse público através da sustentabilidade ambiental, eficiência operacional, economia de recursos públicos.

Fica definido que os resultados (dados técnicos, relatórios, metodologias) poderão ser compartilhados publicamente, podendo ser utilizados por terceiros.

Os resultados poderão ser publicados em artigos científicos e/ou divulgação dos resultados em eventos técnicos, desde que as partes estejam de acordo, desde que não violem sigilo industrial e/ou propriedade intelectual.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de 90 dias a contar da assinatura do presente Acordo, cada partícipe designará

formalmente o responsável titular e respectivo suplente para acompanhar a execução e o cumprimento do objeto do Acordo de Cooperação Técnica. A DESO designará formalmente fiscalização permanente pela área técnica, com possibilidade de suspensão imediata dos testes em caso de riscos identificados;

Subcláusula primeira. Competirá aos responsáveis a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Subcláusula segunda. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 5 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações e sem ônus:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.
- c) quando, a despeito do tempo decorrido, for suficiente para a demonstração de resultados, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS RECURSOS HUMANOS

Os empregados da LEGUN que irão executar o objeto da presente proposta em hipótese alguma adquirirão vínculo empregatício com a DESO, sendo certo que serão remunerados única e exclusivamente pela LEGUN; da mesma forma também não se formará qualquer vínculo entre os empregados da DESO com a LEGUN.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Acordo de Cooperação Técnica fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela DESO no prazo de até

20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula única. Os PARTÍCIPIES deverão publicar o inteiro teor deste Acordo de Cooperação Técnica na página de seus respectivos sítios oficiais na internet, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E OPERACIONAL

A CONTRATADA compromete-se a utilizar apenas consórcios microbianos naturais autóctones, não havendo introdução de espécies exógenas ou riscos de desequilíbrio ambiental.

Todas as ações observarão a legislação ambiental vigente, incluindo as Resoluções CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011, bem como a NBR 9800/1987.

Fica estabelecido e definido que é de **responsabilidade exclusiva da LEGUN** por quaisquer danos decorrentes da aplicação da tecnologia;

Aracaju/SE, 09 de dezembro de 2025.

LUCIANO GOIS PAUL
Diretor Presidente

GILVAN DOS SANTOS
Diretor de Produção e Qualidade

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS MANUEL LAIA DE SOUSA**
Data: 10/12/2025 15:29:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEGUN BIOTECNOLOGIA LTDA

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: XFSN-4AV6-IMZV-5BFL



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/01/2026 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- FELIPE RENAN DA SILVA SANTANA 19/12/2025 13:46:05 (Certificado Digital)
- LUCIANO GOIS PAUL 22/12/2025 14:28:12 (Certificado Digital)
- CARLOS MANUEL LAIA DE SOUSA 10/12/2025 15:29:50 (Certificado Digital)

